

ENSINAR FILOSOFIA: POR ONDE COMEÇAR?

Maikon Chaider Silva Scaldaferrro
Univesridade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Claudiana Campanharo
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Resumo: Um dos grandes desafios dos professores recém graduados em filosofia é o “como ensinar”. Não é raro que um jovem profissional se sinta perdido diante de estudantes do ensino médio, sem saber quais estratégias de ensino utilizar para desenvolver um bom trabalho. Nosso artigo compartilha algumas práticas de ensino que podem auxiliar professores da área, não só os jovens profissionais, mas também os mais experientes que procuram aprimorar suas aulas. Primeiramente apresentamos práticas que visam despertar nos alunos o interesse pelos problemas filosóficos. Num segundo momento explicamos algumas práticas que permitem ao estudante aplicar os conhecimentos adquiridos nas aulas sobre ética, filosofia política e lógica. Ao final, discutimos como as práticas de ensino aqui propostas estão alinhados a um projeto de “educação para democracia”.

Palavras-chave: Filosofia; Práticas de ensino; Democracia.

Abstract: One of the great challenges for newly graduated teachers in philosophy is "how to teach". It is not uncommon for a young professional to feel lost to high school students, not knowing which teaching strategies to use to develop a good job. Our article shares some teaching practices that can assist teachers in the field, not only young professionals, but also the more experienced teachers who want to improve their classes. Firstly, we present practices aimed at awakening students' interest in philosophical problems. In a second moment we explain some practices that allow the student to apply the knowledge acquired in the classes on ethics, political philosophy and logic. In the end, we discuss how the teaching practices proposed here are aligned to a "education for democracy" project.

Keywords: Philosophy; Teaching practices; Democracy.

O ensino de filosofia comumente é associado ao desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico que seriam condições imprescindíveis para o exercício da cidadania no contexto das democracias contemporâneas (NUSSBAUM, 2015). Uma das marcas das democracias modernas é o fato delas estarem inseridas em sociedades pós-tradicionais (HABERMAS, 1987) nas quais nos deparamos com aquilo que Rawls chamou de “fato do pluralismo”, isto é, “uma sociedade democrática moderna se

caracteriza por uma pluralidade de doutrinas abrangentes, religiosas, filosóficas e morais” (RAWLS, 2000, p. XI). Nesse contexto, o exercício da autonomia e do pensamento crítico também está atrelado ao desenvolvimento da capacidade de debater com indivíduos com diferentes visões de mundo, no intuito de encontrar uma solução racional e dialogada para problemas que emergem do convívio social. Não só os teóricos, mas também as diretrizes estabelecidas nos documentos oficiais reconhecem a importância da educação filosófica para o desenvolvimento dessas habilidades (BRASIL, 1996), apesar de em muitos momentos as práticas governamentais violarem deliberadamente tais diretrizes.

Doravante, a proposta do nosso texto é oferecer subsídios para sanar as dificuldades didáticas do profissional que leciona filosofia no Ensino Médio. Afinal, quando falamos sobre a contribuição da filosofia para desenvolver o pensamento crítico e a autonomia, uma série de perguntas vem à mente do licenciado em Filosofia. Tais como: O que significa isso nas salas de aula? Quais estratégias eu posso utilizar para atingir esses objetivos de maneira minimamente satisfatória? Temos a impressão de que vários estudantes acabam terminando a graduação sem uma orientação adequada sobre quais estratégias didáticas eles podem adotar com seus alunos. Deste modo, nosso texto compartilha algumas estratégias que temos adotado nos últimos anos em turmas de 1º até o 3º ano do ensino médio. A ideia não é defender um “novo método de ensino”, inclusive não reclamamos nenhuma originalidade para as experiências aqui compartilhadas. Somente buscamos apresentar estas experiências que julgamos bem sucedidas e podem ser replicadas por outros profissionais da educação lecionando em situações similares. As experiências aqui relatadas estão associadas a temas ligados a ética, filosofia política e lógica. Num primeiro momento trataremos de práticas que visam sensibilizar os alunos para os temas abordados pela filosofia (I). Em seguida trataremos de atividades que permitem ao aluno aplicar o conteúdo aprendido (II). Ao final, faremos algumas considerações sobre como as práticas de ensino aqui apresentadas se alinham com a proposta de uma educação que se compromete em promover as capacidades necessárias para o desenvolvimento de uma cultura política democrática (III).

I. APROXIMANDO OS ALUNOS PARA TEMAS CLÁSSICOS DA FILOSOFIA

Sem dúvidas um dos grandes desafios dos professores é chamar a atenção dos alunos para os temas estudados. E este é o primeiro desafio enfrentado por professores de qualquer área. Silvio Gallo designa de “sensibilização” a estratégia de ensino que visa aproximar os alunos de determinados temas, despertando neles um interesse sincero. Gallo sugere que a sensibilização pode ser estimulada por meio da “formulação de problemas”. Ele observa que “só pensamos quando somos instigados a isso por problemas. Pensar é uma necessidade vital motivada pelos problemas” (GALLO, 2018). O autor aconselha o uso de recursos como filmes, músicas, reportagens como ponto de partida para a formulação de problemas filosóficos. Contudo ele adverte que,

[...] não basta que o professor apresente aos estudantes falsos problemas, problemas artificiais, inventados apenas para motivar o trabalho de sala de aula. Os problemas propostos devem ser vividos pelo aluno como problemas seus (GALLO, 2018).

Discordamos de Gallo nesse ponto, pois “problemas artificiais” também podem ser bem úteis para despertar os alunos para uma série de questões, criando condições para que ele desenvolva um raciocínio mais apurado que o permitirá pensar de maneira rigorosa os problemas reais. Nesse sentido, a discussão de situações hipotéticas ou “experimentos mentais”, em que o aluno é desafiado a encontrar soluções para um problema, tem se mostrado uma ferramenta didática eficiente no nosso trabalho. Logo abaixo veremos dois casos que utilizamos este recurso para abordar questões de filosofia política.

CASO 1

Essa prática de sensibilização é o ponto de partida para uma discussão sobre a obra *O príncipe* de Nicolau Maquiavel. Descreveremos aqui o passo a passo para a realização dela.

1º passo: Peça aos alunos para formarem grupos com até 5 integrantes que serão distribuídos em círculos pela sala de aula.

2º passo: Exponha para os alunos o seguinte cenário fictício: eles fazem parte de uma pequena sociedade na qual todos os indivíduos são violentos, mentirosos e manipuladores. Contudo, eles querem sair dessa condição, e o caminho seguido pelo grupo é escolher um líder que promoverá a ordem.

3º passo: Comunique aos membros do grupo que eles precisam discutir e entrar em um consenso sobre: a) três qualidades que o líder deve ter; b) três características que o líder não deve possuir. A decisão do grupo deve ser de acordo com o objetivo visado, isto é, escolher um líder capaz de estabelecer a ordem dentro de um grupo formado por indivíduos mentirosos, manipuladores e violentos.

4º passo: Depois da discussão os alunos deverão escrever numa folha separada as três qualidades que o líder deve possuir, bem como as três características que o líder não deve possuir. O grupo também precisa escrever uma justificativa para o porquê de cada escolha. Por fim, peça para eles indicarem qual dos integrantes do grupo mais se aproximaria do líder idealizado por eles. Ao final, recolha as folhas.

Discussão: Feita a sensibilização, agora já é possível apresentar aos alunos o tema fundamental do livro *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel, isto é, as qualidades e estratégias necessárias que o governante deve utilizar para governar. Nas aulas expositivas além de explicar os pontos fundamentais da obra, também é interessante apresentar algumas interpretações que podem ser feitas do livro de Maquiavel, inclusive a famosa interpretação de Rousseau, de que o livro seria uma sátira sobre os governos autoritários, um livro voltado para o povo e não para os governantes. Na última aula expositiva sobre o livro o professor levará as folhas com as respostas dadas pelos alunos na primeira aula. Nesse ponto a ideia é discutir quais grupos formularam respostas que mais se aproximam das ideias defendidas por Maquiavel.

CASO 2

Nessa atividade de sensibilização a proposta é aproximar o aluno dos temas debatidos no livro *Leviatã* de Thomas Hobbes, outro clássico da filosofia política, e que procura responder questões como: Qual é a finalidade do Estado? Como surge o Estado? Como o Estado dever ser organizado? A atividade é bem parecida com a anterior sobre o pensamento político de Maquiavel. Ela pode ser desenvolvida da seguinte maneira:

1º passo: Peça aos alunos para formarem grupos com até 5 integrantes e se distribuam em círculos pela sala.

2º passo: Exponha para os alunos o seguinte cenário fictício: eles fazem parte de um grupo que vive em mundo sem Estado, não há leis escritas. Cada um pode ser juiz, legislador e executor. Todos os indivíduos desse grupo são extremamente agressivos. Diante dessa situação todos acabam tendo medo de uma morte violenta. Contudo, eles querem sair dessa condição, e o caminho seguido pelo grupo é fundar um Estado, garantindo assim a segurança de todos.

3º passo: Solicite aos alunos que eles discutam e cheguem a um consenso sobre: a) Três leis fundamentais que devem ser estabelecidas com o surgimento do Estado; b) A forma de governo que esse Estado deve adotar. Lembre aos alunos que as escolhas devem ser tomadas tendo em vista o objetivo, isto é, a saída daquela condição onde todos temem uma morte violenta. Nessa sensibilização é importante que os alunos já tenham conhecimentos básicos sobre diferentes "formas de governo".

4º passo: Diga para os alunos escreverem numa folha separada o que foi decidido. Eles devem ainda justificar as escolhas. Recolha as folhas com as respostas.

Discussão: Depois dessa dinâmica deve-se fazer uma breve introdução explicando qual é o tema do livro *Leviatã* de Thomas Hobbes. Nas aulas subsequentes o professor precisa elucidar conceitos como estado de natureza, sociedade civil e contrato social. Assim será possível mostrar como esses conceitos hobbesianos estavam presentes na dinâmica que eles realizaram. Depois de algumas aulas sobre o tema, é interessante discutir a atualidade

do hobbesianismo político. Por fim, cabe ao professor levar as respostas dadas pelos alunos na primeira aula e discutir qual grupo escolheu uma forma de governo que está mais próxima da forma considerada mais apropriada por Thomas Hobbes.

II. O DEBATE COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA

Martha Nussbaum menciona em *Sem fins lucrativos* o caso de uma professora chamada Krishna Mallick que utilizava debates sobre temas éticos para ensinar lógica formal. Nesses debates muitas vezes os alunos precisavam defender posições que contrariavam suas posições pessoais. Um aluno chamado Billy Tucker, que apreciava o trabalho desenvolvido pela professora Mallick, relata o espanto causado pelas aulas de filosofia. Nussbaum menciona que

Tucker ficou surpreso ao descobrir que deveria argumentar contra a pena de morte, embora, na verdade fosse favorável a ela. Ele nunca tinha compreendido, disse, que alguém pudesse produzir argumentos favoráveis a uma posição que a própria pessoa não defendia (NUSSBAUM, 2015, p. 52).

Em nosso trabalho docente também temos verificado que a organização de debates é uma ferramenta extremamente eficiente para o ensino de filosofia. Os alunos se envolvem bastante nesse tipo de atividade e a avaliam de maneira positiva. Por meio dos debates é possível abordar temas estudados em ética, filosofia política e lógica. Nosso modelo de debate é organizado da seguinte maneira:

1º passo: a) os alunos formam grupos com até 5 integrantes; b) o professor seleciona uma série de temas que serão debatidos entre os grupos (algumas sugestões de temas: descriminalização do aborto; legalização da eutanásia; institucionalização da pena de morte; utilização de animais não-humanos em pesquisas científicas, legalização da venda e uso de drogas); c) Para cada debate haverá um grupo pró e outro contra. Por exemplo, num debate sobre aborto haverá um grupo defendendo a descriminalização do aborto e um grupo se posicionando contra. O professor deve realizar um sorteio determinando o tema e

o posicionamento (pró ou contra) de cada grupo. Cada debate durará geralmente uma aula de 50 minutos.

2º passo: a) O professor deve esclarecer que o debate deve ser laico. Sugerimos que o prazo de uma semana seja dado aos alunos até o primeiro debate. Esse tempo é suficiente para eles realizarem pesquisas sobre o tema e montarem diversos argumentos para o debate; b) O professor precisa explicar com antecedência as regras do debate, além de sempre lembrá-las no início de cada debate. As regras são as seguintes:

I. O debate terá três rodadas

II. Na primeira rodada o grupo "pró" apresentará sua defesa e desenvolverá uma argumentação usando aproximadamente 5 ou 7 minutos. O grupo "contra" fará uma réplica com direito ao mesmo tempo. Por fim, o grupo "pró" deverá fazer uma tréplica dentro do mesmo tempo estipulado.

III. Na segunda rodada o mesmo procedimento é repetido, contudo, quem inicia a rodada é o grupo "contra".

IV. Na terceira rodada os grupos terão o direito a uma última fala. Cada grupo terá entre 5 a 7 minutos para fazer as considerações finais sobre o debate, reafirmando mais uma vez seu posicionamento e apresentando seus últimos argumentos. Ao final, o professor pode abrir a discussão para os outros alunos que estavam de expectadores no debate, permitindo assim que eles façam perguntas ou comentários

3º passo: a) Cada grupo entregará um relatório uma semana depois do último debate. O relatório deve conter informações sobre todos os debates realizados na turma, indicando o que foi debatido em tal dia, quais argumentos foram apresentados, quem defendeu o quê; b) Os *critérios para avaliação* do debate são: argumentação clara e consistente nas proposições levantadas, conhecimento sobre o tema, capacidade de reação na réplica e na tréplica; respeito aos colegas de debate, a qualidade do relatório.

Esse tipo de debate permite que o professor trabalhe diferentes conteúdos de diversas áreas da filosofia. Sugerimos a seguinte abordagem:

a) Ética:

Quando o professor estiver ministrando aulas sobre ética ele deverá pedir aos alunos que construam pelo menos dois argumentos baseados em alguma teoria moral. Por exemplo, independente do tema ou do posicionamento do grupo (pró ou contra), o professor solicitará a ambos os grupos participantes do debate a formulação de argumentos utilitaristas, isto é, argumentos que levam em consideração a maximização da felicidade de todos os interessados na questão. Contudo, o professor pode lançar mão de outras teorias morais além do utilitarismo. Isso dependerá da ementa do curso e do andamento da disciplina até o momento do debate. De qualquer forma, é necessário que o professor já tenha trabalhado em sala de aula a teoria moral que os alunos tomarão como referência para construir seus argumentos.

b) Filosofia política

Ao ministrar aulas de filosofia política o debate pode ser usado para estudar o liberalismo. A ideia é pedir aos alunos que construam para os debates ao menos dois argumentos liberais. Isto significa que, os alunos devem construir argumentos baseados em noções importantes para a tradição do liberalismo clássico, tal como: direitos individuais, liberdade política e econômica, tolerância, tirania da maioria, etc.

Quem pretende abordar esse tipo de conteúdo por meio dos debates precisa primeiramente trabalhar os temas clássicos da tradição liberal. Por exemplo, as noções de direito natural e tolerância formulada por Locke. O paradoxo da tolerância formulada por Popper. A metáfora da “mão invisível” presente na filosofia de Adam Smith. A crítica à tirania da maioria formulada por Stuart Mill. Só depois de estarem dotados desse aparato conceitual que os alunos poderão então formular argumentos liberais nos seus debates.

c) *Lógica*

Nosso modelo de debate também é uma excelente ferramenta para o ensino de lógica formal. Quando estamos trabalhando lógica com os alunos, os debates são utilizados para exercitar o aprendizado de falácias não-formais. Assim, solicitamos que os alunos identifiquem falácias utilizadas pelos grupos durante os debates. A ideia é que os alunos também incluam no relatório as falácias que eles conseguirem identificar durante os debates. Tanto os alunos que assistem ao debate, quanto os que participam, precisam realizar essa tarefa. Inclusive, ao final do debate o professor pode abrir o tema para discussão, perguntando aos alunos quais foram as falácias identificadas durante a atividade.

É importante salientar que mesmo um debate focado no aprendizado de lógica tem também um viés ético-político, e não só por causa dos temas abordados. Pois como observa Nussbaum,

a lógica é concreta, influenciando com frequência as relações humanas. Um monte de insultos e estereótipos funcionam exatamente dessa maneira, por meio de uma inferência falaciosa. A capacidade de detectar a falácia é uma das coisas que tornam a vida democrática tolerável (NUSSBAUM, 2015, p.75).

III. A FILOSOFIA E A EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA

A percepção de que há uma inter-relação entre educação e política não é novidade na história da filosofia. Aristóteles na *Política* já chamava atenção dos legisladores para que estes dessem uma maior importância para a educação dos cidadãos *pólis*. Advertido que os “[...] Estados que a desprezaram prejudicaram-se gradualmente por isso” (ARISTÓTELES, 2011, p. 181). O filósofo grego notou que o bom funcionamento de qualquer comunidade política depende da consolidação de costumes que são promovidos por meio da educação. “Assim, os costumes democráticos ou aristocráticos são o mais seguro fundamento da democracia ou da aristocracia; e os costumes mais puros dão sempre o melhor governo” (ARISTÓTELES, 2011, p. 181).

Se por um lado não é novidade essa inter-relação entre educação e política, por outro lado, também não é novidade a defesa da “neutralidade política da educação”. Freire

observa que existem ao menos três posturas diante da ideia de neutralidade da educação: a ingênua, a astuta e a crítica. A primeira postura é chamada de *ingênua*, pois acredita no mito de que é possível uma educação politicamente neutra. Nesse ponto o ingênuo julga que educar é um ato desinteressado imune aos interesses políticos de diferentes atores sociais. Ao assumir essa postura o ingênuo pode contribuir inconscientemente para a reprodução de interesses políticos pouco democráticos em vigência. A postura *astuta* é aquela que tem consciência da não neutralidade da educação, mas não verbaliza o seu conhecimento. O astuto está de acordo com os interesses políticos por detrás da educação, e ele está comprometido em reproduzi-los. É do interesse do astuto lutar em defesa da neutralidade política da educação, assim os interesses que ele reproduz permanecem ocultos. A terceira postura é a *crítica*. O crítico se pergunta: A favor de quem e do quê fazemos a educação? Contra quem e o quê fazemos a educação? Quanto mais adquirimos clareza a respeito dessas questões, "tanto mais percebemos a impossibilidade de separar o inseparável: a educação da política" (FREIRE, 1989, p.16).

A postura que assumimos aqui é a crítica, pois as práticas de ensino que sugerimos estão alinhadas com a proposta de uma educação para democracia. E nesse contexto isso significa formar as capacidades indispensáveis para que cidadãos democráticos participem da vida pública. Nussbaum lista algumas dessas capacidades, como:

[...] a capacidade de pensar criticamente; a capacidade de transcender os compromissos locais e abordar as questões mundiais como um ‘cidadão do mundo’; e, por fim, a capacidade de imaginar, com simpatia, a situação difícil em que o outro se encontra (NUSSBAUM, 2015, p.8).

É certo que desde sempre “a educação para democracia” tem se mostrado um grande desafio. O projeto democrático moderno visa um modelo de educação que substitua a formação do “súdito” pela formação do “cidadão”. Todavia, não é de hoje que tal proposta tem sido denunciada como uma das promessas não cumpridas da democracia (BOBBIO, 2000). Além do mais, sabemos que existe uma série de obstáculos à democracia que extrapolam o espaço escolar. Deste modo, o que apresentamos aqui está longe de ter a pretensão de ser uma panacéia para todos os males que afetam o projeto democrático. Nossa proposta é bem mais modesta. Queremos compartilhar algumas ferramentas úteis

para os que acham que ainda vale à pena trabalhar pela consolidação de uma educação comprometida com esse projeto.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *A Política*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1989.

GALLO, Sílvio. *Chegou a hora da Filosofia*. Revista educação. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos.asp?codigo=12008> Acesso: set. 2018.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa II: crítica de la razón funcionalista*. Madri: Taurus Humanidades, 1987.

NUSSBAUM, Martha. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

RAWLS, John. *Justiça e Democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.